

PREFÁCIO

OBJETIVO MAIOR: DESCONCENTRAR A RENDA

por *Celso Furtado*

Quando o professor António José Avelãs Nunes enviou-me, em 1984, um exemplar de sua tese de doutoramento sobre a economia política do “modelo brasileiro de desenvolvimento”, defendida na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, li com real interesse longos trechos de seu trabalho. Por essa época eu me dedicava a pensar o Brasil que todos desejávamos ver surgir ao fim de dois decênios de autoritarismo, cuja herança mais perversa eram a inflação descontrolada e a política recessiva que custavam ao povo brasileiro sacrifícios desmedidos. Em artigo que então publiquei sobre a necessidade de reativação da economia brasileira, assinalava que “mesmo que retomemos, a partir do próximo ano, o crescimento de acordo com nossas taxas históricas, chegaremos ao fim do decênio com um nível de renda por habitante similar ao de 1980 e um considerável acréscimo de desempregados e subempregados”. E concluía: “somente uma visão míope apoiada num doutrinário tresloucado justifica que se alastrem o desemprego e a fome em um país com as possibilidades do nosso.”

Passaram-se vinte anos. O estudo “Industrialização e desenvolvimento — a economia política do ‘modelo brasileiro de desenvolvimento’”, elaborado no começo dos anos 80, firmou-se, no meu parecer, como a mais completa análise do complexo processo de superação do subdesenvolvimento, com ênfase especial no caso brasileiro. Que dizer do objeto de exame deste livro, em boa hora publicado entre nós? A pesquisa do professor Avelãs Nunes tem início numa época em que ainda era corrente ver o desenvolvimento como um processo histórico composto de fases que se sucediam automaticamente, sempre que prevalecessem as forças dos mercados. Certo: já era conhecido o pensamento de autores de vanguarda como Gunnar Myrdal e Joan Robinson. Mas foi a ruptura do paradigma neoclássico realizada pelos latino-americanos que possibilitou a emergência da visão estruturalista do desenvolvimento capitalista.

A partir desses quadros teóricos tão bem examinados nestas páginas, e da convicção de que a realidade social, como se sabe, é mais complexa do que os modelos com que trabalha o economista, permito-me fazer uma breve reflexão sobre o nosso país, transcorridos vinte anos da primeira publicação do trabalho do professor Avelãs Nunes. Os economistas não parecem ter explicação fácil para a mutação ocorrida na economia brasileira. Como explicar que um país dotado de imensas reservas de recursos naturais e mão-de-obra adote uma política que se satisfaz com uma taxa de crescimento próxima de zero? Não é fácil descobrir as causas desse paradoxo mas devemos reconhecer que ele tem origem ou é reforçado pelo chamado Consenso de Washington, que não passou de um receituário neoliberal a serviço da consolidação da política imperial dos Estados Unidos. De acordo com a nova doutrina, surgida nos anos 90, os Estados nacionais já não teriam um papel importante na criação de empregos. Essa fórmula, ideal do neoliberalismo, funcionou muito precariamente. Sem maiores explicações e sem debates com a sociedade, os governantes adotaram uma doutrina segundo a qual era necessário concentrar as atenções nos mercados externos, condição essencial para recuperar o dinamismo perdido. Aparentemente, a mudança decorria do fato que as empresas transnacionais iam controlando progressivamente os centros de comando das atividades econômicas. O resultado foi a desarticulação do mercado interno e do parque industrial brasileiros. O Brasil se endividou desbragadamente, a ponto de comprometer sua governabilidade. E mesmo se o país tentar alguma forma de negociação com os credores, não poderemos vislumbrar solução fácil.

Se nos remetemos aos anos em que o Brasil apresentou taxas de crescimento elevadas – os anos do chamado “milagre econômico”, tão bem dissecados no texto a seguir –, deparamo-nos com outro problema de igual gravidade. É que, historicamente, o dinamismo da economia brasileira se fez acompanhar de acentuada concentração de renda, essa forma espúria de geração de poupança. É forçoso reconhecer que a variável que comandou nosso dinamismo, dos anos 50 ao fim dos anos 70, apoiou-se no processo de concentração da renda. Como lembra o Autor: “O caso do Brasil é dos mais representativos a este respeito. A desigualdade na distribuição do rendimento tem vindo a crescer ininterruptamente desde meados dos anos cinquenta”. Em outras palavras, o sistema econômico só funcionou de forma regular quando a remuneração do capital atingiu determinados níveis. Essa constatação nos permite entender outro ponto intrigante da dinâmica da economia brasileira: suas extravagantes taxas de juros.

É inegável que há uma estreita ligação entre o processo de concentração de renda, o nível das taxas de juros e as taxas de crescimento da economia, fatores

aparentemente desvinculados. Em poucas palavras: se as taxas de juro não forem suficientemente altas (e as do Brasil inscrevem-se entre as mais altas do mundo), os capitais estrangeiros não se sentem atraídos a investir no país; sem esses investimentos externos, o país tem pouca margem para crescer. Ora, apelar imoderadamente para os investimentos externos é aumentar de forma considerável a nossa dívida; promover o crescimento sem critérios sociais é agravar fortemente a concentração da renda. O professor Avelãs Nunes percebeu com muito acerto que “...o problema da desigualdade acentuada (e crescente) na distribuição do rendimento que tem caracterizado a sociedade brasileira nas últimas décadas – ao longo das quais se foi processando o desenvolvimento industrial do Brasil – não pode considerar-se isoladamente, como uma questão ‘técnica’ para a qual há que encontrar uma explicação ‘técnica’. A análise do caso brasileiro confirma, a nosso ver, que o problema da distribuição do rendimento constitui – como Ricardo defendeu – o problema central da economia política.”

O fato de que governos recentes tenham fracassado no encaminhamento de uma reforma fiscal imprescindível ao país demonstra a veracidade das palavras do Autor. Com efeito, é justamente uma reforma fiscal – por definição fruto de uma negociação política entre as diversas forças da sociedade – o instrumento mais adequado para enfrentar os problemas que venho de expor. Seu objetivo seria modificar profundamente a carga fiscal brasileira, que é alta mas injusta por incidir de forma desproporcional sobre a população de menor poder aquisitivo. Seria, portanto, uma oportunidade de criarmos uma sociedade mais homogênea, corrigindo estruturas sociais frágeis e heterogêneas, posto que resultantes de alguns decênios de concentração de renda conjugada com baixo crescimento. Para concluir com as palavras do professor Avelãs Nunes: “A questão que se põe é a de saber se as razões profundas deste facto [o malogro na redução das desigualdades] não devem procurar-se no próprio estilo de desenvolvimento adoptado (inadequado às estruturas económicas e sociais dos actuais países subdesenvolvidos, marcado por um paradigma de desenvolvimento que nada tem a ver com as necessidades autênticas dos povos destes países) e no quadro institucional, nas políticas praticadas pelos respectivos governos nos domínios laboral, fiscal etc.”.

Rio de Janeiro, 19 de Novembro de 2004